

O Tombamento Federal do Centro Histórico de Natal/RN: na prática a teoria é outra?

Elaine de Albuquerque Medeiros
Contato: elainealbuquerque.andrade@gmail.com

Formação e Gestão do Território

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de mestrado em desenvolvimento tem como enfoque principal a discussão a respeito do instrumento de tombamento, instrumento esse que é o principal regulamentador das políticas de preservação do patrimônio brasileiro. Desta forma, o trabalho tem como enfoque analisar o processo de tombamento federal do centro histórico de Natal, ocorrido no ano de 2010, e as possíveis divergências existentes entre o entendimento teórico a respeito desse instrumento (abordado no processo de tombamento) e a sua aplicação prática na gestão do referido sítio, através da poligonal de tombamento vigente. O projeto de pesquisa se insere no contexto do processo de pedido de tombamento do centro histórico de Natal a nível federal e sua posterior efetivação.

Desta forma, a questão de pesquisa surge com o seguinte questionamento: Os valores arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos definidos no documento do tombamento como fundamentais a serem preservados se encontram contemplados pela poligonal de tombamento traçada pelo IPHAN?

Entende-se que a discussão e reflexão a respeito dessa problemática são necessárias e relevantes, pois a poligonal de tombamento interfere diretamente no planejamento urbanístico da cidade de Natal. Além do mais, sítios tombados a nível federal, como é o caso de Natal, além de serem de responsabilidade do município, passam também a estarem sob responsabilidade e gestão do órgão de preservação federal, IPHAN, a partir do decreto de seu tombamento.

OBJETIVOS

Objetivo geral: Compreender o processo de delimitação das poligonais federais de tombamento e entorno do centro histórico de Natal de forma a analisar se os valores arquitetônicos e urbanísticos definidos pelo documento do tombamento encontram-se contemplados nas poligonais traçadas pelo IPHAN.

Objetivos específicos: a) Compreender o conceito de tombamento e a incidência das legislações patrimoniais em áreas tombadas pelo IPHAN; b) Identificar tipologias, conjuntos urbanos e morfologias caracterizadoras do centro histórico de Natal; c) Analisar o entendimento teórico a respeito do instrumento do tombamento e seu objetivo, contido no processo de tombamento do centro histórico de Natal e a aplicação prática desse instrumento, através da delimitação das poligonais de tombamento e entorno; d) Propor uma nova poligonal de tombamento e de entorno, caso sejam encontradas divergências entre a discussão teórica e sua proposição prática.

METODO

A pesquisa iniciou a partir da pesquisa teórica sobre o instrumento de tombamento, sua origem, aplicação e entendimento jurídico (GASPARINI, 2005; RABELLO, 2009; FONSECA, 2005) a fim de entender detalhadamente o funcionamento do instrumento supracitado, suas motivações e consequências. A segunda etapa da pesquisa teórica concentrou-se na análise do processo de tombamento e toda a documentação que tivesse relação com o supracitado processo, destacando as motivações que levaram a aplicação do instrumento do tombamento na área, o objetivo da poligonal traçada, os processos de impugnação contra esse instrumento e as justificativas dadas para tal pedido, além dos atores envolvidos e atuantes no processo de tombamento. No fim dessa



Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFRN

etapa foi possível formular alguns questionamentos a respeito do processo do tombamento, chegando às primeiras observações a respeito das divergências teóricas encontradas no processo de tombamento.

A próxima etapa do trabalho focará no levantamento de dados que será realizado nos bairros da Cidade Alta e da Ribeira como todo, extrapolando a poligonal de tombamento. No levantamento de dados serão coletadas informações a respeito dos conjuntos arquitetônicos existentes, bem como das morfologias definidoras desse espaço. As informações serão coletadas e analisadas de acordo com as metodologias e o aporte teórico abordados por Del Rio, 1995; Lamas, 2004; e REIS FILHO, 2006.

Finalizando a pesquisa, será apresentada a proposta de uma nova poligonal de tombamento que abarque todos os valores descritos no processo de tombamento e trabalhados no desenvolvimento teórico desse processo.

DESENVOLVIMENTO

A cidade de Natal foi fundada em 1599 e teve como núcleo primitivo o bairro da Cidade Alta, se expandido posteriormente para o bairro da Ribeira, que durante três séculos configuraram a cidade.

Na segunda metade do século XX, Natal passa por um processo de transformação, visando à modernização da cidade em oposição a sua estrutura colonial. Por volta de 1967, Natal já tinha expandido além da Cidade Alta e Ribeira e com esta expansão, gradativamente também as atividades comerciais de prestígio saíram do centro original da cidade, o que gerou a subutilização do patrimônio construído e um estigma de decadência da área.

Em 1990 entra em vigor a primeira lei municipal (nº 3.942) com o objetivo de proteger o patrimônio do centro histórico da cidade. Este processo teve continuidade com os Planos Diretores de Natal (1994 e 2007), que regulamentaram as Operações Urbanas como instrumento urbanístico. A primeira Operação Urbana entrou em vigor em 1997, passou por uma revisão em 2007 e desde 2010 está em andamento uma nova revisão.

Os estudos para o pedido de tombamento do centro histórico tiveram início no ano de 2006 e foram realizados pela equipe técnica da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no estado do Rio Grande do Norte (IPHAN/RN), que utilizou a metodologia do Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos (INBI-SU) do Departamento de Documentação do IPHAN.

Segundo o referido processo de tombamento, a motivação para o mesmo apoia-se sob o fato de que a Cidade Alta e a Ribeira possuem: [...] significativa concentração de edificações de expressão. [...] com alguns remanescentes da arquitetura modesta [...] e que precisam ser urgentemente preservados. Este conjunto, que concentra edificações históricas, de expressão e modestas, são os objetos de arte da cidade, caracterizadores do tecido urbano em que se encontram, contando parte significativa da sua história, merecendo por isso serem preservados. (Processo de Tombamento nº 1558 – T – 08, p. 7).

Além da motivação histórica, percebe-se também uma motivação econômica, ao se afirmar que “[...] o reconhecimento e valorização do referido sítio através do seu tombamento, irá facilitar a atração de linhas de investimentos, que permitirão a execução de ações preservacionistas, além de atuar como medida disciplinadora das pressões exercidas no local.” (Processo de Tombamento nº 1558 – T – 08, vol. I – folha 8).

O pedido de tombamento do Centro Histórico de Natal foi aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 9/12/2010, estando atualmente sob-regulamentação do tombamento provisório.

Diante das primeiras observações a respeito desse processo e da aplicação do instrumento do tombamento, podem-se destacar algumas inquietações. A primeira diz respeito à ação pouco participativa da população “não técnica” nesse processo, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento do Centro Histórico de Natal como detentor de valores a serem preservados. Alois Riegl (2006) coloca desde o começo do século XX, o homem como ator direto do processo de reconhecimento do patrimônio histórico, sendo este um bem passível de preservação, justamente porque os homens lhe atribuem e reconhecem valores. O que se observa na “Declaração de interesse no tombamento do



Sítio de Natal”, é que grande parte das assinaturas advém da comunidade acadêmica (professores e alunos), ou seja, de parte de uma população que possui um saber e um olhar diferenciado e que não necessariamente corresponde aos desejos e anseios da população de uma forma geral.

Outra inquietação diz respeito às divergências entre o entendimento teórico e a aplicação prática desse instrumento através da definição da poligonal de tombamento. Ao fazer o cruzamento entre os valores estabelecidos como importantes a serem preservados e o traçado da poligonal de tombamento nota-se a necessidade da expansão da mesma no seu limite sul, pois a poligonal encontra-se aquém do que deveria para garantir a efetiva preservação dos valores ali existentes e expostos na discussão teórica contida no processo de tombamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale salientar ainda que, após dois anos da aprovação do pedido de tombamento do sítio de Natal, o mesmo encontra-se sem respaldo de legislação específica que regulamente e trace diretrizes de intervenção e diferenciação de ações entre a área tombada e sua área de entono, apesar da legislação específica ser fundamental para a boa gestão desse sítio.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ pelo auxílio financeiro para a efetivação dessa pesquisa.

A prof. Dr^a Natália Vieira pela orientação e acompanhamento da pesquisa de mestrado.

Ao IPHAN-RN pela disponibilidade de informações e material sempre que solicitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 1997. 316p.

GASPARINI, Audrey. **Tombamento e o direito de construir.** Belo Horizonte: Fórum, 2005.

IPHAN. **Centro Histórico de Natal. Org.** Carina Mendes dos Santos Melo; Romero de Oliveira e Silva Filho. Natal, 2007.

_____. **Processo de Tombamento nº 1558 – T – 08, vol. I e II.** Natal, 2008.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

NATAL. Lei complementar nº 079 de 04 de janeiro de 2007. **Operação Urbana Ribeira.** Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2007a.

_____. Lei complementar nº 082 de 21 de julho de 2007. **Plano Diretor.** Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2007b.

_____. Lei 5.567 de 2 de julho de 2004. **ReHabit.** Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2004.

_____. Lei nº 3.942 de 9 de julho de 1990. **Zona Especial de Preservação Histórica.** Natal, Prefeitura Municipal do Natal, 1990.

_____. Lei 4.069 de 21 de maio de 1992. **Zona Especial Portuária.** Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 1992.

_____. **ReHabit.** Natal: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, 2007c.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

RIBEIRO, Rosinha Trevisan M ; NÓBREGA, Cláudia. **Gestão do patrimônio através do inventário.** O caso do sítio urbano da praça XV/Rio de Janeiro – Brasil. Revista Fórum Patrimônio, s/d. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/print.php> Acesso em 27 dez. 2012.